Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Quinta-feira, 07 de maio de 2009 - Número 345 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833



RECESSO

Diretor do Sintrajud vai a Brasília defender a manutenção do recesso - **Página 3**



Eugênio Novaes

Antonio Melquíades, diretor do Sintrajud e Fenajufe, e Cezar Brito, presidente da OAB

1º DE MAIO

Contra desemprego e perda de direitos, mais de 2 mil protestam no ato do 1º de maio - **Página 4**



Kit Gaion

ORÇAMENTO

Enquanto empresários recebem verbas, cortes no Judiciário passam de R$ 200 milhões - **Página 4**

DETECTOR

Depois das mobilizações, cai a obrigatoriedade de detector de metais para servidor das Execuções - **Página 3**

TEATRO

Inscrições para a nova turma do curso de teatro do Sintrajud estão abertas - **Página 4**

Opinião do Sintrajud

Quando o público é privado

As fronteiras entre o público e o privado no Brasil são frágeis. Uma realidade que remonta aos tempos coloniais, e que se consolida e se mantém nos parlamentos e nos gabinetes dos três poderes.

O recente escândalo do uso pessoal de passagens aéreas financiadas com dinheiro público por deputados e senadores é mais um caso a confirmar tal situação.

Mostra-nos ainda o fosso entre o parlamentar e o cidadão comum. No mundo de deputados e senadores, ao menos da maioria, é natural pagar com dinheiro público passagens aéreas para familiares, amigos, namoradas...

O caso do nepotismo aéreo talvez seja uma das facetas mais caricatas desta total ausência de limites entre o público e o privado impregnado no Brasil. Não é algo restrito ao parlamento. Casos similares ocorrem nos gabinetes ministeriais e o próprio presidente Lula declarou que não vê nada demais em tais práticas.

O mais grave é que quando não estão garantindo o lazer e o passeio "dos seus", a maioria dos deputados e senadores se dedica a defender no Congresso interesses de grandes empresários, do capital nacional e estrangeiro, e não os direitos de quem os elegeu.

O caso do nepotismo aéreo talvez seja uma das facetas mais caricatas desta total ausência de limites entre o público e o privado impregnado no Brasil

Até membros do Judiciário também usaram a Corte para conseguir as benesses do poder. Documento do STJ revela que o ministro do STF Carlos Alberto Direito solicitava à receita Federal e a companhias aéreas privilégios para mulher, filhos, nora e amigos.

Este costume da política oficial no Brasil, não se restringe a Brasília. Também domina as esferas municipais e estaduais. Faz poucos dias, por exemplo, os vereadores do Rio de Janeiro aprovaram um projeto que entrega amplos setores dos serviços públicos, entre eles parte da saúde e educação, para "organizações sociais" privadas. O projeto não prevê sequer licitações para escolha dos premiados e nem mecanismos de fiscalização de como será usado o dinheiro público. É uma "ação entre amigos".

As passagens aéreas e os passeios financiados com dinheiro do povo são, portanto, apenas uma faceta de como eles tratam o patrimônio público e os direitos coletivos.

Idéias

Missão cumprida

Démerson Dias*

Os que me conhecem desde o início da nossa jornada sindical sabem que mantive alguma obsessão quanto a um plano de carreira. Um debate desigual dada à longa jornada em que consta em nossa pauta. Diversos militantes passaram pelo sindicato nesse período e está claro que o processo de maturação depende agora de um confronto direto entre o ideal e a realidade, sem o que não há superação possível.

Nestes últimos dezoito anos mudaram o país e o serviço público. Entre as ironias da dialética, passamos os últimos deles defendendo uma Constituição e um Estado que no passado consideramos insuficiente, mas que a sanha neoliberal tratou de demonstrar ser inconveniente para a utopia do livre mercado.

A proposta de Plano de Carreira a ser finalizada pelo Grupo de Trabalho da Fenajufe é fruto desse processo político e histórico nesta categoria. Assumi a tarefa de fazer a sistematização preliminar das propostas discutidas nos estados aprovadas em novembro último. O resultado não corresponde fielmente às minhas expectativas, mas reconheço nele tanto o confronto de perspectivas muito distintas existentes na categoria, mas também as bases para a superação do que existe, ou ainda, não existe como gestão do trabalho e carreira no judiciário.

Não é democrático exigir que construções coletivas tenham imagem e semelhança de seus mentores e o plano de carreira é um legado real, não uma abstração. Inclusive no zelo pragmático que partiu das mais antagônicas concepções. Creio que o cotejo geral é a expressão das limitações, mas principalmente as virtudes desta categoria. Tampouco nego à luta o mister ajustá-lo ao presente e torná-lo efetivo.

Esta é a síntese possível para dizer que considero consumado um compromisso (por demais longevo) com aqueles que estiveram comigo no início desta jornada ou a ela se agregaram com maior ou menor afinco. Espero que enquanto direção política tenhamos condições de devolver o quanto antes ao crivo da categoria o cotejo de suas intenções, para que ela própria reafirme suas disposições e expectativas. Outros seguramente irão adiante.

***Démerson Dias é Servidor do TRE e diretor do Sintrajud.**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"Guardar passagem para viajar à França é delicadíssimo, mas o cara levar a mulher para Brasília, dar passagem para sindicalista ir a Brasília, não vejo onde está o tamanho do crime.", frase do Presidente Lula em inauguração em hospital no Rio de Janeiro.

"O Ministério virou sim, um balcão de negócios. O que negociamos é o emprego. Tenho orgulho de dizer isso", Ministro do desenvolvimento Miguel Jorge, sobre sua pasta ter apoiado a redução do IPI para setores produtivos. O que ele não diz é que esses setores nem sequer garantiram os empregos dos trabalhadores.

De Ontem:

"A civilização não suprime a barbárie, aperfeiçoa-a." **Voltaire, filósofo francês.**

Charge



- Você já comprou mansões, carros, iates, fazendas... não acha que está hora de parar com isso?
- Não dá, cara. Viciei!

AGENDA

VAI ACONTECER

11 de maio
Reunião com setor médico do TRT-2 e o Coletivo de Saúde do Sintrajud.

12 de maio
Início da nova turma de teatro do Sintrajud.

11, 12 e 13 de maio
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Plano de Carreira do Judiciário, na Fenajufe, em Brasília.

13 de maio
Reunião do Coletivo de Formação do Sintrajud, no Sindicato (R. Antonio de Godoy, 88 – 16º andar – centro, São Paulo/SP)

19 de maio
Eleições da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Minas Gerais - Sintraemg.

23 de maio
Reunião do GT de Plano de Carreira da Fenajufe.

29 e 30 de maio
Reunião da coordenação nacional da Conlutas.

4 de junho
5º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, em Manaus/AM.

5 a 7 de junho
XV Plenária Nacional da Fenajufe, em Manaus/AM.

ACONTECEU

1º de maio
Dia do Trabalhador.

25 de abril
II Oficina de Introdução à Saúde do Trabalhador no Sintrajud.

23 de abril
Reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sintrajud.

Fim da "revista"

Servidor das Execuções não precisa mais passar pelo detector

Pedido do Sintrajud foi atendido e servidores do prédio estão livres do constrangimento



Wladimir Souza

Servidores, em novembro de 2008, exigem o fim da revista com detector de metais.

Na última semana o Sindicato recebeu a resposta ao requerimento que solicitava o fim do detector de metais para os servidores do Fórum das Execuções Fiscais. A diretora do Foro, Renata Andrade Lotufo, determinou "que os servidores da Justiça Federal não sejam submetidos aos detectores de metais, desde que estejam devidamente identificados com crachá funcional ou outro documento capaz de identificá-los como pertencentes a esta instituição".

Assim a Ordem de Serviço nº 01/2006, que determinava que todos as pessoas deveriam passar pelos detectores obrigatoriamente, foi alterada, excluindo-se os servidores. No final do ano passado, os funcionários das Execuções se mobilizaram para acabar com o constrangimento diário que estavam passando. Não eram contra os detectores em si, mas quem trabalhava no local chegava a passar por eles mais de três vezes por dia, ou seja, em todos os momentos que entrava para trabalhar.

Diversos atos foram realizados e o Sintrajud, além de conversar com a diretora do Foro em audiência, encaminhou o requerimento. O Sindicato apresentou à administração o desconforto e a insatisfação dos servidores, assim como a desnecessidade da obrigatoriedade. Depois das mobilizações, enfim, foram atendidos.

Votação pelo site definirá nome do jornal

Na quarta-feira, dia 29, o Coletivo de Imprensa escolheu quatro sugestões de nomes para o jornal, além do atual: **Jornal do Sintrajud** (Cláudio Klein, TRF-3), **Resistência Sindical** (Aloê Felipe, servidor da Justiça Federal), **À Luta** (Mário Félix da Silva, MPU/ MPF), **Servidores em Luta** (Osmar Lugli Sartório, aposentado da JF) e **Jornal do Judiciário** (atual nome reivindicado por alguns servidores). Agora eles irão à votação por meio do site.

Ao todo, o Coletivo de Imprensa recebeu 79 sugestões e para poder filtrá-las, usou como critério aqueles nomes que melhor representavam os servidores, a luta da categoria e o Sindicato.

Os servidores poderão escolher o novo nome do Jornal do Judiciário. Ainda há a chance da manutenção do atual nome, pois ele será submetido também à votação.

Essa enquete faz parte de uma série de mudanças que estão acontecendo na imprensa do Sintrajud, entre elas o formato do jornal, que agora está maior, e o site, que foi reformulado e está com mais navegabilidade.

Recesso sob ataque

Diretor do Sintrajud defende manutenção do recesso em Brasília

Antonio Melquíades tenta articular acordo com advogados e magistrados

O projeto de lei que pode pôr fim ao recesso de final de ano do Judiciário Federal (PLC 06/2007) está na pauta do plenário do Senado do dia 12 de maio, próxima terça-feira. Se aprovado, o texto atual, com o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), alterará o recesso para suspensão de prazos, o que implica em funcionamento interno no Judiciário entre 20 de dezembro e 20 de janeiro. Para defender a manutenção do recesso, Antonio Melquíades, o Melqui, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, viajou novamente a Brasília para articular um acordo com entidades representativas dos advogados e juízes.

Nesta terça-feira, dia 4, Melqui esteve com o presidente da OAB nacional, Cézar Brito em audiência e na reunião do Colégio de Presidentes das Seccionais da OAB. Segundo Melqui, "apesar do senador Pedro Simon se mostrar irredutível em sua proposta, em novembro do ano passado, durante reunião com os juizes federais do Rio Grande do Sul, ele disse que se houvesse acordo entre juizes, servidores e advogados, ele retiraria o seu substitutivo". Por isso, Melqui já havia conversado com o presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), Fernando Mattos, e com o presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), Cláudio Montesso.

A idéia é criar uma emenda definindo em lei a suspensão de prazos em todo o Judiciário de 7 a 20 de janeiro. Se o acordo for fechado, as entidades pedirão apoio a todos os senadores e posteriormente aos deputados. "Se não for possível o acordo, vamos entrar em contato com todos os senadores para votarem contra o PLC 06/2007", disse Melqui.

NOTAS

Concurso de remoção do CJF deverá ser em agosto

Segundo previsão da Secretaria de RH do CJF, o concurso nacional de remoção deverá ser aberto em agosto. Para a equipe do Sinar, com as inscrições em agosto, a remoção poderia ser efetivada em dezembro. A idéia é que no fim do ano seria um período mais apropriado para os servidores se organizarem e fazerem a mudança. O Sintrajud vem acompanhando a questão e assim que o edital for publicado será divulgado em nosso site.

Aposentados: Musicoterapia no Núcleo será no dia 13/05

Uma vez por mês, a reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajud é especial. Os aposentados participam de vivências temáticas através da música. A próxima reunião com musicoterapia será no dia 13 de maio, quarta-feira, às 15h, no auditório (Rua Antonio de Godoy, 88 – 15º andar). A participação é gratuita e aberta a todos os aposentados associados ao Sindicato.

Sintrajud patrocinará equipe de corrida para a prova de 40 km de revezamento

Os servidores do Judiciário adeptos de corridas e maratonas podem se inscrever até o dia 13 de maio para a Prova Pedestre Super 40 km de Revezamento – Etapa São Paulo, que será no dia 17 de maio, na USP. O Sindicato vai patrocinar uma equipe. Quem tiver interesse pode se inscrever com a Telma, pelo tel. (11) 3222-5833 ou e-mail sociocultural@sintrajud.org.br.

1º de Maio

Ato denuncia ataques à classe trabalhadora

No Dia do Trabalhador, manifestantes defenderam empregos e direitos na Praça da Sé

Por Carlos Eduardo

Mais de duas mil pessoas estiveram no 1º de Maio classista na Praça da Sé, organizado pela Conlutas, Intersindical, Pastorais Operárias, MST, MTST, entre outros. Ao contrário do ato da CUT, Força Sindical e CTB, que teve apoio de bancos e empresários, a manifestação na Sé foi independente e classista. "Nosso ato serviu para organizar os trabalhadores em defesa de seus empregos e direitos e denunciar os ataques que a classe trabalhadora está sofrendo", afirmou Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e servidora do TRF.

Os servidores da Justiça também estiveram no ato, levando às reivindicações da categoria, como a jornada de 6 horas e o pagamento dos passivos.

Também estiveram presentes o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) e Plínio de Arruda Sampaio.

Desemprego

O representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, o Mancha, recordou as lutas dos trabalhadores contra as 4.100 demissões e denunciou a postura do governo de fornecer, por meio do BNDES, recursos públicos à Embraer: "Quando os metalúrgicos da Embraer foram falar com Lula, ele disse que tava torcendo por nós. Não basta torcer! Lula poderia deter a onda de demissões pelo país. Bastaria assinar uma medida provisória que protegesse os trabalhadores contra as demissões". Mancha completou exigindo a reestatização da Embraer, um plano de obras públicas para combater o desemprego e a retirada das tropas brasileiras do Haiti.

O representante da Conlutas, Atnágoras Lopes, lembrou da dor dos trabalhadores que "olham para seu filho e não podem oferecer nenhum horizonte". Ele apontou a importância e a necessidade da construção de um dia nacional de lutas contra o desemprego. "É preciso unir os trabalhadores. A crise aponta a necessidade de um dia nacional de paralisação, chamando inclusive CUT, Força Sindical e CTB, para que os trabalhadores possam responder os efeitos da crise", concluiu.

Orçamentos

Portaria do STF corta orçamento do Judiciário

Economista afirma que a redução não pode servir de pretexto para não atender reivindicações dos servidores

Em 27 de março o STF publicou a Portaria Conjunta número 1 divulgando que ficaram indisponíveis para empenho e movimentação financeira R$ 214,1 milhões, divididos entre os Órgãos que compõem o Poder Judiciário Federal.

O coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud, Washington Lima, explica que "a indisponibilidade de empenho e movimentação financeira ou contingenciamento, praticamente significa corte no orçamento, pois até uma nova alteração, esse valor não poderá ser executado".

Esse corte ocorreu em função da diminuição de R$ 50 bilhões na estimativa de arrecadação do Orçamento da União, onde foram suprimidos no total R$ 25,4 bilhões entre os Poderes, cabendo ao Executivo a maior parte.

Como o total do orçamento do Judiciário é de R$ 24,8 bilhões, já descontados os valores das dívidas da União que são pagas no orçamento do Poder, a redução de R$ 214,1 milhões, representa apenas 0,86%.

Os cortes não devem atingir as despesas de pessoal, mas sim as despesas administrativas e os investimentos. Para esses fins estão previstos gastos de R$ 4,062 bilhões, assim o corte já passa a ter um peso maior, 5,27%.

Mas, Washington Lima ressalta: "Nos últimos anos o Poder Judiciário vem perdendo valores expressivos de dotações, os cortes não devem, em princípio, servirem de pretexto para o não atendimento de demanda dos servidores como as melhorias do Auxílio Alimentação, Creche e Assistência Médica, bem como para o pagamento parcial dos passivos."

Leia o estudo completo sobre os cortes em:
www.sintrajud.org.br

Teatro

Duas peças de servidores do Judiciário estão em cartaz

Edson D'Santana dirige e atua em "Um lugar que nunca tive" e Marcos Manrai atua em "Filosofia do Sexo 3". Sindicalizados têm desconto.

Duas peças estrearam na capital paulistana com dois servidores no elenco, um do TRE, outro do TRF. Os atores-servidores do Judiciário dividem o tempo entre o tribunal e os palcos e todos os servidores estão convidados a prestigiar os colegas.

Edson D' Santana, do TRF, está em cartaz em "Um lugar que nunca tive". A peça aborda temas como família, violência doméstica e traição, com um texto baseado em situações recorrentes no Rio Grande do Norte. Não é por menos, o texto foi escrito pelo potiguar João Fábio Cabral. "O autor faz de histórias comuns no nordeste do Brasil, aparentemente batidas, uma discussão contemporânea sem cair no clichê", diz D'Santana.

Já o servidor do TRE Marcos Manrai faz parte do elenco de "Filosofia do sexo 3". A comédia, segundo o servidor, é a sequência de um seriado. "O espetáculo traça um paralelo hilário entre a vida dos solteiros e dos casados", comenta Manrai. "Apesar de cômico, tem um fundo sociológico".

Um lugar que nunca tive

Direção: Edson D'Santana **Elenco:** Soraya Aguillera, Edson D'Santana e André Moreira / **Teatro Coletivo (antigo Fábrica)** / Rua da Consolação, 1623. Até 31/05/2009. Sexta e sábado às 21 horas. Domingo às 20 horas. Ingressos: R$ 30 (desconto de 30% para sindicalizados)

Filosofia do Sexo 3

Texto e direção: Alexandre Biondi / **Elenco:** Alexandre Biondi, Carla Araújo, Diego Rodda, Eliana Ravanhani, Marcos Manrai, Renata Hallada, Rodrigo Juan e Sandra Romerood. / **Teatro Bibi Ferreira** / Av. Brigadeiro Luís Antônio, 931 - Bela Vista. / Até 27/06/2009. Sábados às 18h30. Ingressos: R$ 40 (desconto de 50% para sindicalizados).



Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep11040-090-e-mail:sintrajudsantos@uol.com.br-tel.(13)32383807/**SubsedeBarraFunda:**R.MarquêsdeSãoVicente,235-19ºand.-Bl.B-B.Funda/SP-cep01139-001-e-mail:subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000